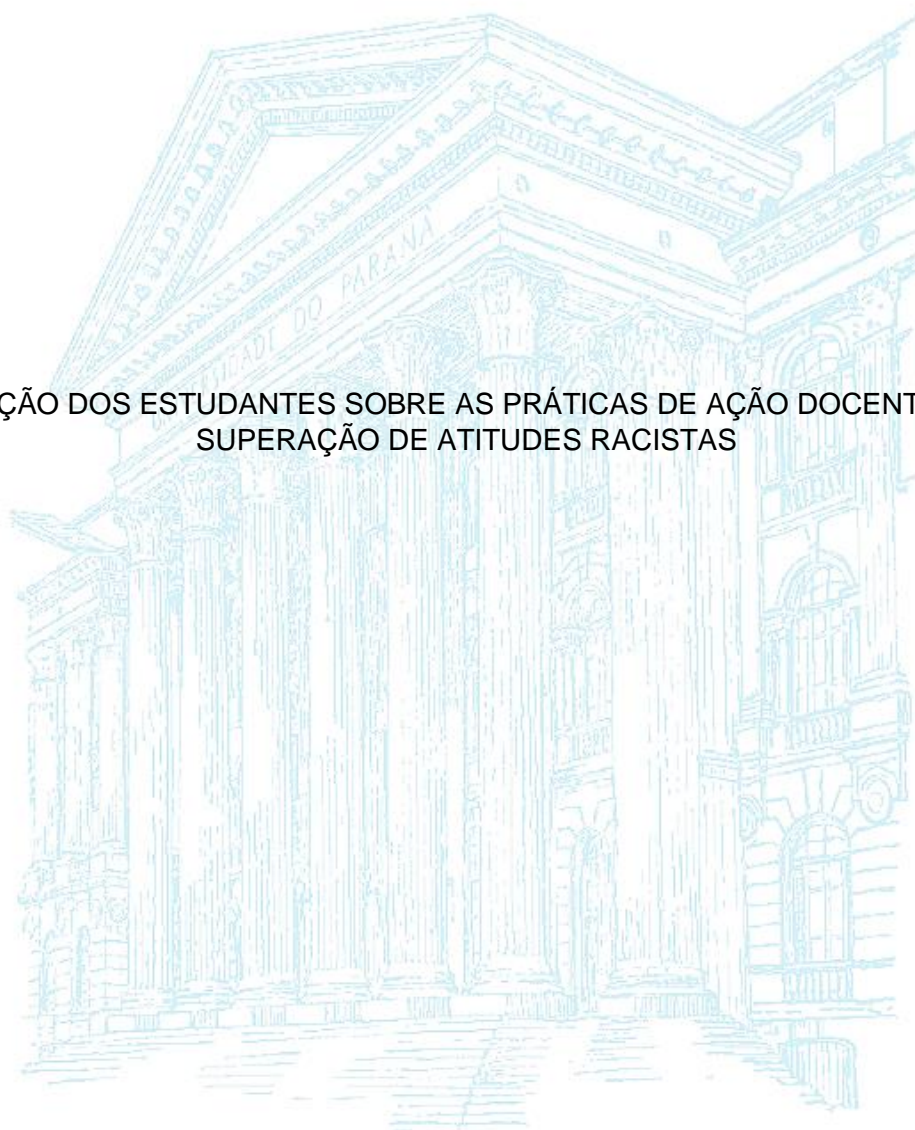


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELIANES DA APARECIDA RIBEIRO

PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE AS PRÁTICAS DE AÇÃO DOCENTE PARA A  
SUPERAÇÃO DE ATITUDES RACISTAS



ITAJAÍ  
2016

ELIANES DA APARECIDA RIBEIRO

PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE AS PRÁTICAS DE AÇÃO  
DOCENTE PARA A SUPERAÇÃO DE ATITUDES RACISTAS

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós- Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof. Elisiani Tiepolo

Co-orientador: Prof. Tainá Ribas

ITAJAÍ  
2016

**Resumo:** A sociedade brasileira se caracteriza pela miscigenação. Porém, o negro é alvo de constantes atos de racismo e discriminação. Nesse contexto, optou-se em elaborar este artigo, cujo objetivo é caracterizar e analisar o desempenho dos professores dentro do espaço escolar por meio das demandas relatadas na pesquisa com estudantes. Para isso, considera-se o tema a partir dos conceitos de raça, etnia e diversidade cultural, buscando-se compreender de que forma os estudos sobre raça e etnia podem contribuir para minimizar o preconceito racial e a discriminação dos negros. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo através da técnica de aplicação de questionários, respondidos por noventa e um alunos do oitavo ano do ensino fundamental de uma escola pública municipal, apontando questões sobre raça, etnia, racismo, ensino da história e cultura afrodescendente no contexto da sala de aula. Abordam-se também a legislação que ampara o respeito aos direitos étnicos.

**Palavras-chave:** Escola. Legislação. Racismo

**Abstract:** Brazilian society is characterized by miscegenation. However, black-skinned is the subject of constant acts of racism and discrimination. In this context, it was decided to prepare this article, whose aim is to characterize and analyze the performance of teachers within the school environment through the demands reported in the survey of students. For this, we consider the issue from the concepts of race, ethnicity and cultural diversity, seeking to understand how the studies on race and ethnicity can help reduce racial prejudice and discrimination against blacks. The methodology used was the field research through questionnaires application technique, answered by ninety-one students the eighth grade of elementary county school, pointing out issues of race, ethnicity, racism, history teaching and Afro-descendant culture in classroom context. Approach also address legislation that supports respect for ethnic rights.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo abordará as questões de raça, etnia e diversidade cultural. As temáticas tornam-se relevantes, pois ao longo da história a sociedade brasileira se caracteriza pela diversidade, pela mistura de grupos étnicos e suas produções culturais. E o ambiente escolar é um local propício para abordarmos dessas questões. Necessita-se que os educadores tenham um olhar voltado para essas questões, pois nem sempre as diversidades são consideradas na aceitação do outro.

A principal pergunta norteadora desse estudo foi: como os conhecimentos teóricos sobre raça e etnia e a pesquisa empírica relativa

percepção dos estudantes sobre as temáticas podem contribuir para minimizar o preconceito racial e a discriminação dos negros?

Para tanto, foi necessário investigar referenciais sobre raça, etnia e diversidade cultural na perspectiva de contribuir pedagogicamente para com os educadores e educandos no seu desenvolvimento como sujeitos críticos. Também foi pertinente pesquisar teóricos que abordam as temáticas e sua relação no âmbito educacional e relacionar situações encontradas no cotidiano escolar e na sociedade. Outro aspecto levantado nesse texto foram as leis brasileiras que surgiram para que os direitos dos negros fossem respeitados, e em quais fatos históricos levaram a elaboração dessas leis.

A conclusão desse estudo apontou a importância e a necessidade de construir um projeto político pedagógico voltado para o plano de ação da escola. Mostra-se necessário o comprometimento dos principais agentes sociais no objetivo de cumprir o direito dos cidadãos, compreendendo que este baseia-se na ação coletiva, capaz de ser viabilizado se o governo, a escola e a comunidade, em conjunto, integrar responsabilidades. Tal expectativa depende da vontade individual e coletiva de transformar a própria consciência, autocrítica e humildade para aceitar a diferença como condição para o diálogo em conjunto. Para que esse ideário se efetive pressupõe-se que os alunos, dentro da instituição, apontem caminhos para tal transformação. Confirmando a proposta, Gimeno Sacristán declara:

A educação contribuiu consideravelmente para fundamentar e para manter a ideia de progresso como processo de marcha ascendente na História; assim, ajudou a sustentar a esperança em alguns indivíduos, em uma sociedade, em um mundo e em um porvir melhores. A fé na educação nutre-se da crença de que esta possa melhorar a qualidade de vida, a racionalidade, o desenvolvimento da sensibilidade, a compreensão entre os seres humanos, o decréscimo da agressividade, o envolvimento econômico, ou o domínio da fatalidade e da natureza hostil pelo progresso das ciências e da tecnologia propagadas e incrementadas pela educação. Graças a ela, tornou-se possível acreditar na possibilidade de que o projeto ilustrado pudesse triunfar devido ao desenvolvimento da inteligência, ao exercício da racionalidade, à utilização do conhecimento científico e à geração de uma nova ordem social mais racional. ( 2001, p. 21)

Reduzir a discriminação racial no contexto social requer das escolas o desenvolvimento de um conjunto de medidas que possibilitem um novo pensar sobre a miscigenação dos povos.

Quando debatemos e refletimos sobre as diferenças e a importância de cada um na construção da sociedade, é imprescindível perceber que além do conhecimento acadêmico, temos que nos desvencilhar de pré-conceitos internalizados, tornando nossas ações mais humanas e racionais.

## 2. METODOLOGIA

As metodologias utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e a de campo. Pela pesquisa de campo, foi feita a caracterização de como se desenvolve a ação pedagógica nas escolas, por meio de aplicação de questionário para os alunos da Escola Básica Municipal Dona Dilma Mafra do município de Bombinhas, SC, que frequentam o 8º ano; aproximadamente 90 alunos responderam o questionário.

A pesquisa qualitativa é bastante utilizada no contexto educacional acadêmico, visto que é capaz de captar melhor a realidade do ensino. Para Trevinos,

A pesquisa qualitativa, através da observação participante e entrevistas em profundidade, combate o perigo de bias (viés), porque torna difícil para o pesquisador a produção de dados que fundamentam de modo uniformes uma conclusão equivocada [...]. ” (1987, p. 116).

Dentro da diversidade cultural, étnica e racial no contexto escolar, este tipo de pesquisa se faz necessária para o melhor conhecimento dos estudantes. Goldemberg enfatiza que:

Partindo do princípio de que o ato de compreender está ligado ao universo existencial humano, as abordagens qualitativas não se preocupam em fixar leis para se produzir generalizações. Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social. (2005, p. 40 )

O referido autor enfatiza a importância da pesquisa qualitativa, pois ela deve partir da forma de compreender do ser humano sem ignorar os seus aspectos sociais, ou seja, a interpretação dos fenômenos pesquisados a partir da ação dos pesquisadores. A pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador acessar os conhecimentos produzidos e acumulados ao longo da história, como fonte de informações e fundamentação para o trabalho científico. Para Andrade,

O levantamento bibliográfico é uma etapa fundamental da pesquisa de campo. Além de proporcionar uma revisão sobre literatura referente ao assunto, a pesquisa bibliográfica vai possibilitar a determinação dos objetivos, a construção das hipóteses e oferecer elementos para fundamentar a justificativa da escolha do tema. ( 2005, p.142)

Para Gil (2002), questionário é a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

No planejamento e especificações da investigação, optou-se por um trabalho baseado na pesquisa exploratória intencional, através de um questionário elaborado para alunos que frequentam o 8º ano de uma escola municipal em Bombinhas/SC. A escolha associa-se à questão de que nenhum trabalho é verdadeiramente concretizado se não for comprovado pela evidência de práticas existentes e atuantes.

Para a realização da coleta elaborou-se um questionário dividido em cinco perguntas, com alternativas objetivas. Elaborado para análise de como pensam os alunos sobre raça, etnia e diversidade cultural, e como estes temas são trabalhados em sala de aula.

### **3. Análise crítica dos resultados**

Nas especificações e análise crítica da investigação, optou-se por um trabalho baseado na pesquisa exploratória intencional, por meio de um questionário elaborado para alunos que frequentam o 8º ano de uma escola

municipal em Bombinhas. A escolha associa-se à questão de que um trabalho é melhor concretizado pela evidência de práticas existentes e atuantes.

Para a realização da coleta, elaborou-se um questionário, questionário este, elaborado para uma provável comparação de como pensam os alunos, sobre raça, etnia e diversidade cultural, e como estes temas são trabalhados em sala de aula, sendo este questionário dividido em cinco perguntas.

Os entrevistados foram caracterizados de turma 1, turma 2 e turma 3, a turma 1 apresenta um número de 32 alunos, turma 2 / 29 alunos e a turma 3 / 30 alunos.

### 1ª pergunta:

Você sabe o que é raça?		
	Sim	Não
Turma 1	15	17
Turma2	12	17
Turma 3	14	16
Total	41	50

Na questão número um, considerando o tema apresentado, pode-se perceber que há uma relação negativa entre as respostas dos entrevistados e que eles possuem pouco conhecimento sobre a questão do conceito de raça, sendo que mais de 50% dos entrevistados responderam que não compreendem o que é raça. Considera-se que a apropriação desse conhecimento possa ser um caminho para a superação de parte dos problemas sociais, vivenciados diariamente no cotidiano escolar.

**2º pergunta:**

Você sabe a diferença entre raça e etnia?		
	Sim	Não
Turma 1	8	24
Turma2	10	19
Turma 3	9	21
Total	27	64

Na segunda pergunta, através da análise dos resultados, percebeu-se que os alunos ainda não compreendem a diferença entre raça e etnia, pois somente 30% dos entrevistados afirmam que sabem qual a diferença entre os dois termos. O conceito de raça está intimamente relacionado com o âmbito biológico, as diferenças de características físicas que fazem daquele grupo social um grupo particular. Pode-se compreender melhor o que se quer dizer quando se fala de raça quando se atenta para as questões de cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade e genética. Já o conceito de etnia está relacionado ao âmbito da cultura, os modos de viver, os costumes, as afinidades linguísticas que um determinado povo cria, as condições de pertencimento.

Dessa forma, os intensos debates em torno do conceito de etnia, e o quanto esse conceito ainda precisa ser mais bem caracterizado. Não obstante, os estudos etnológicos têm crescido, principalmente porque, desde a década de 1960, muitas reivindicações políticas no mundo se apresentam como étnicas baseadas em crenças em uma identidade comum, contexto esse que motiva os cientistas sociais a continuarem refletindo sobre o conceito.

**3º pergunta:**

<b>Você já presenciou alguma situação de racismo?</b>		
	Sim	Não
Turma 1	18	14
Turma2	17	12
Turma 3	21	09
Total	56	35

Diante dos resultados da terceira questão percebeu-se que os alunos em um percentual de 40% admitem nunca ter presenciado uma situação de racismo, considerando que os meios de comunicação apontam quase que diariamente tais práticas no contexto social brasileiro.

Gomes aponta que:

“[...] o racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação às pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Por outro lado, conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores” (2005, p. 52).

Alguns autores e pesquisadores relatam a dificuldade de revelar para a sociedade a modo sorrateiro como o racismo se reproduz em ações habituais do contexto social (ROSEMBERG, BAZILI e SILVA, 2003, p. 127).

**4º pergunta:**

<b>Seus professores trabalham essa temática em sala de aula?</b>			
	Sempre	Às vezes	Nunca
Turma1	0	28	04
Turma2	0	29	00
Turma3	0	27	03
Total	0	84	07

Com as respostas da quarta questão, constatou-se que a grande maioria dos alunos afirma que a questão racial/étnica é abordada apenas às vezes pelo professor. Por outro lado, a Lei Federal nº 10639/2003 evidencia a preocupação com os cidadãos afrodescendentes.

#### 5º pergunta:

<b>Você conhece alguma lei de defesa dos direitos étnicos?</b>		
	Sim	Não
Turma 1	15	17
Turma2	18	11
Turma3	21	09
Total	54	37

Ao analisar as respostas dos alunos pode-se perceber que mais de 50% conhece as leis demonstrando o quão necessário se faz efetivar os estudos das leis que aparam a igualdade social, pois os direitos étnicos devem ser vistos como direitos do cidadão, independentes da cor da sua pele.

Vale ressaltar que a República Federativa do Brasil tem a distinção da pessoa humana como um de seus fundamentos (art. 1º, III, da CRFB), possui como objetivos básicos a construção de uma sociedade livre, justa, solidária, bem como a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, ou de qualquer outra espécie (art. 3º, I e IV, da CRFB), e consagra a igualdade como direito fundamental (art. 5º, caput, da CRFB).

A Constituição Brasileira ainda especifica que a prática do racismo é crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (art. 5º, XLII).

A Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), por sua vez, reforça o intenso propósito de combate à discriminação racial cometida contra a população negra.

Diante de tal constatação assume-se inevitável o encorajamento ao respeito universal e a observância dos direitos humanos e das liberdades

fundamentais para todos nossos estudantes, sem discriminação de origem, de raça ou de cor, que para a essência humana nada significam.

Na história do Brasil, temos vivenciado a dura realidade de constatar que o preconceito racial está enraizado na sociedade; por outro lado, a identidade étnica/racial é uma questão de relevância para a construção de um mundo mais justo e igualitário. Quando pensamos no contexto educacional brasileiro, compreendemos a necessidade de abordar constantemente as questões da identidade do negro.

O conceito de identidade não pode ser considerado como um significado único, pois sua construção também diz respeito ao sentido da realidade, uma vez que é um processo de representação simbólica, uma experiência de apreensão de atitudes no mundo. Portanto, a identidade pode ser entendida como um conjunto de características individuais que diferem uma pessoa, formada a partir das relações sociais permanentemente mudáveis. A identidade cultural é um mecanismo de relações sociais e patrimônios simbólicos partilhados que estabelece a comunhão de determinados valores, tradições, hábitos, costumes e outros aspectos entre os membros de uma sociedade.

Em seu artigo, Hall reafirma a centralidade da cultura no cenário atual e ressalta seu papel essencial em todos os aspectos da vida social. Realçando o lugar central ocupado pela cultura no processo de formação de identidades sociais. Para ele:

O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências únicas e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente. (HALL, 1997, p. 26)

Confirmando esta perspectiva admitimos que escola tem papel relevante na construção e na manutenção das identidades sociais dos alunos, indicando a importância em abordar temas como raça e etnia no contexto de sala de aula.

Dentro dos estudos da sociologia o estudioso Giddens (2005, p. 205), afirma que “o conceito de raça é um dos mais complexos da sociologia,

principalmente devido à contradição entre seu uso cotidiano e sua base científica (ou inexistência desta)”, o que acontece é que as pessoas iludem-se ao crer que os seres humanos possam ser separados em diferentes raças biologicamente, isso se prova nos estudos de alguns autores que caracterizam quatro ou cinco raças principais ao passo que outros chegam a reconhecer três dúzias. Os estudos sobre a raça iniciaram no final do século XVIII e início do século XIX com a intencionalidade de justificar a ordem social emergente à medida que a Inglaterra e outras nações da Europa tornavam-se potências imperiais e dominavam outros territórios e povos a seu comando. Nesta época, o conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) propôs a existência de três raças, sendo os brancos, negros e amarelos, que mais tarde influenciariam Adolf Hitler e sua ideologia nazista.

Para uma análise do ponto de vista da sociologia, os cientistas sociais sustentam a raça como um conceito vital, ainda que altamente contestado, a utilizando entre aspas para refletir seu uso enganoso, mas corriqueiro. Então, a “raça” pode ser entendida “como um conjunto de relações sociais que permitem situar os indivíduos e os grupos e determinar vários atributos ou competências com base em aspectos biologicamente fundamentados” (GIDDENS, 2005: 205).

Ao explicar a noção de “raça”, cuja ideia implica erroneamente a noção de algo definitivo e biológico, Giddens apresenta também o conceito de etnicidade, com um significado puramente social, onde “a etnicidade refere-se às práticas e às visões culturais de determinada comunidade de pessoas e que as distingue das outras” (2005: 206). Ou seja, diferentes características podem servir para distinguir um grupo étnico de outro, dentre eles a língua, história ou linhagem, religião, os estilos de roupas, adornos e hábitos.

Discutir e refletir sobre a diversidade étnico-racial e a relevância de cada um na compreensão de como foi construído nosso país, Estado e comunidade revela a efetividade que nos possibilita as condições de compreender de que forma podemos atuar no processo de educação cidadã.

A relação estabelecida entre o contexto educacional e a identidade negra é também discutida no campo das políticas públicas, onde segundo a lei 9394/96- LDB, assinada pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva e o Ministro da Educação Cristóvan Buarque torna obrigatória, no âmbito de todo o currículo escolar, nas disciplinas de história, língua portuguesa e Literatura e

Educação Artística o ensino da temática História e Cultura afro-brasileira, instituindo, inclusive, o dia 20 de novembro como o dia da Consciência Negra. Com o advento da Lei Federal nº 10639/2003 ficou evidente, portanto, a preocupação com os cidadãos afrodescendentes. Desta forma mostra-se a importância em destacar que tal lei só foi realizada devido às lutas do Movimento Negro. A lei existe, mas para que ela possa continuar a valorizar os afrodescendentes que tanto foram (e ainda são) condenados em todas as esferas sociais, é necessária a adesão de todos, assumindo a responsabilidade de continuar mudando a realidade dos cidadãos que sofrem preconceito neste país.

No Brasil, em várias universidades estaduais, federais e privadas, foram criados os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), que visam promover atividades de pesquisa e de extensão cujo tema se volta aos estudos afro-brasileiros. Acreditando que com este estudo, e reflexão inicial, possamos contribuir para a sequência de ações que visem valorizar raça/etnia e gênero, iniciando pela educação no contexto das salas de aula, entendendo que desse lugar saem os cidadãos que poderão atuar e transformar a sociedade em uma sociedade muito mais humanizada.

#### **4. Um pouco da legislação**

A história cultural do povo brasileiro é marcada por uma trajetória de grandes realizações e concepções, com distintas vertentes culturais entre negros, brancos, índios, asiáticos e outros que dão jus ao paradigma de miscigenação. Dados do MEC apontam o Brasil como segundo colocado no que diz respeito a grandes populações afrodescendentes (47%), perdendo apenas para a Nigéria.

Pode-se afirmar que a África é um continente economicamente e culturalmente rico, porque apresenta uma variedade de riquezas minerais, como petróleo e pedras preciosas. O povo africano, o oposto do que os outros pensam, é inteligente, criativo e trabalhador, porém com a colonização, as terras africanas foram dominadas e perdeu cerca de 60 milhões de habitantes devido o tráfico negreiro escravo. Diversos grupos pertencentes ao mesmo grupo com idiomas

e culturas comuns foram afastados, criando um forte processo de segregação racial, na qual o africano tornou-se inferior em sua própria pátria.

Entretanto, diversos questionamentos deram vazão a uma série de censuras no que abrange o ensino da história afro. A importância para o fortalecimento de identidades étnicas afro-brasileiras envolve a obrigatoriedade no ensino da cultura afro brasileira no Ensino Fundamental e Médio alterando, assim a lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Partindo desse pressuposto percebe-se que ensinar História e Cultura Afro-brasileiras e africanas não é só uma questão curricular de caráter obrigatório, mas que envolve as diferentes comunidades: escolar, familiar e sociedade. A finalidade fundamental para inserção da Lei é o de noticiar e produzir conhecimentos, bem como modificar atitudes, posturas e valores que conscientizem os cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir, objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira e africana, como outras que direta ou indiretamente contribuem para a formação da identidade cultural brasileira.

A elaboração da lei 10639/03 procura fazer um resgate histórico para que as pessoas negras afro-brasileiras conheçam um pouco mais o Brasil e melhor a sua própria história. Sendo assim, prevê ainda trabalhar o conhecimento da história e cultura da África a partir do processo de escravidão, bem como conceitos sócio-político-históricos baseados no estudo da mesma como produtora de temáticas diversas: filosofia, medicina, matemática, dentre outras.

Segundo afirma Adami (2007), em março de 2005 foram apresentadas algumas questões relacionadas à implementação efetiva da lei, como: formação de professores e de outros profissionais da educação. Porém, os educadores, que em sua formação também não ganharam preparação especial para o ensino da cultura africana e suas reais influências para a formação da identidade do nosso país. Como consequência decorre o conflito sobre qual seria a melhor maneira de trabalhar essa temática na escola, visto que a mesma não disciplina nem menciona em nenhum de seus artigos cursos de capacitação voltados à preparação de professores na área.

Discute-se ainda a necessidade de uma nova estrutura para as bases pedagógicas num movimento de resgate histórico, ressaltando os conceitos

trabalhados em sala de aula e a base teórica empregada. Por este motivo, incluiriam no rol de conteúdos e em atividades curriculares dos cursos de educação das relações étnico-raciais conhecimentos de matriz africana que diz respeito à população africana. A lei 9394/96 passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos, referindo-se aos conteúdos programáticos:

**Art. 26-A.** *Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.*

No entanto, além do estudo da África e dos africanos serão destacadas as lutas dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro as áreas social, econômica e política, pertencentes, também à História do Brasil, relacionadas em todo currículo escolar principalmente nas áreas de Educação Artísticas, Literatura e História.

“Conforme art. 79B “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra”“. Cada ano crescem as comemorações ligadas aos dias da consciência negra que representa um exemplo de resistência cultural e social do povo negro.

O art. 53 da referida lei trata, ainda, da obrigatoriedade nas universidades, de criação e organização nos currículos dos cursos e programas de educação. Isso significa que as mudanças da lei visam alcançar as universidades, bem como qualquer conhecimento aplicado e que vêm estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa. Percebe-se, porém, preocupação com a história africana nos cursos de graduação e pós-graduação, visto que os professores não se encontram preparados para cumprir a lei. Contudo, o ensino das relações étnico-raciais nas escolas brasileiras é uma medida preventiva fundamental contra o favorecimento da discriminação, as experiências e contribuições históricas dos afro-brasileiros têm sido trabalhadas como um mundo à parte da realidade nacional, por este motivo, é fundamental entendê-las enquanto produtora da própria realidade social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação aqui desenvolvida apontou para a extrema importância em avançar o debate sobre o aprofundamento dos conhecimentos sobre raça, etnia e diversidade cultural. Os dados da pesquisa nos incitam a reconhecer falhas na assimilação dos estudos sobre etnia e racialidade e as leis que amparam o ensino da cultura afrodescendente nas escolas públicas. Através de entrevistas e observações de como pensam os estudantes sobre esse tema verificou-se que, apesar de um contato constante com este, tanto estudantes quanto educadorxs, carecem das competências de conhecer e compreender a necessidade do encontro com o outro. Os avanços na promoção do convívio com a alteridade se mostram tão mais eficazes quanto refletem em todos os planos do saber os resultados pautados em atitudes respeitadas. Para além, apropriar-se dos referenciais de uma educação baseada no respeito às diversidades contribui para uma melhor interação entre educandos de diversas matrizes culturais no ambiente escolar. Justifica-se, portanto, um estudo direcionado pelos conhecimentos de autores voltados à sociologia e à antropologia.

A consequência almejada, no que tange xs estudantes, aparecem na capacidade de fazer reflexões a respeito desse conceito, para que percebam que tanto o próprio conceito quanto as concepções deles próprios foram constituídos através da história. Percebe-se que historicamente as sociedades, interconectadas pelo processo de globalização e a brasileira especificamente, mantêm de forma sistemática relações sociais racistas.

Ao trabalhar o conceito de raça, xs estudantes podem compreender melhor as questões étnicas a partir dos inúmeros exemplos que enchem a mídia de manchetes, como os constantes conflitos entre grupos étnicos no Oriente Médio, que vivem em disputa política por territórios ou por questões religiosas. Tal complexo de informações midiáticas entrelaçam a si comportamentos e tradições que nos apelam para necessidade crescente de abordar esse conceito no cotidiano escolar.

Entende-se que a escola é responsável pelo processo de ensino e aprendizagem formais, sendo assim destaca-se em promover a socialização e a convivência entre diferentes etnias, criando espaços de discussão para compreensão e mudança de atitudes e pensamentos que expressam racismo e

exclusão. Essas minorias, apesar de estudadas pela tradição teórica antropológica há muito sob o conceito apropriado de Etnia, continuam identificadas muitas vezes como raças. É o caso dos negros brasileiros. Enquanto os antropólogos discutem a validade de termos como raça e etnia, demanda apreender de todo esse debate, em termos legais ou pedagógicos, a importância em estender aos processos educacionais o aprendizado de que, seja na raça ou na etnia, o fato de um indivíduo pertencer a um desses agrupamentos é preponderantemente considerada uma questão de sentimento, de identidade, muito mais que de determinação física ou mesmo de rígidos padrões culturais. Vale lembrar ainda que tanto a concepção atual de raça quanto a de etnia são conceitos que buscam dar conta da multiplicidade de culturas, de hábitos e crenças que a população brasileira apresenta, e das implicações políticas dessas diferenças.

Um dos avanços que emergiram da pesquisa sugere reconsiderar o quanto ignoramos das insistentes sutilezas engendradas na conservação do etnocentrismo. A visão dos educadores sobre o papel transformador dos conceitos e noções problematizadores do racismo não demonstram operacionalidade no cotidiano dos estudantes. Tal fato está evidenciado nas respostas destes que declaram sentir pouca habilidade em traduzir para suas práticas efetivas, mudanças que desconstruam os usos racistas dos conhecimentos curriculares. Em contrapartida soma-se a percepção de que os educadores detêm limitada aderência aos manejos conceituais e apenas replicam por obrigatoriedade datas definidas para manifestações contra o racismo, como o dia da consciência negra ou o dia do índio.

Outro ponto que a pesquisa nos esclareceu é que o professor precisa trabalhar os conceitos de etnia e raça, e suas pertinentes aplicações, ao longo de todo ano letivo e no encadeamento sequencial do processo seriado da educação tal qual se configura atualmente. Esta realidade expõe uma exigência fundamental: a de que os programas curriculares discutem cada vez mais as minorias no Brasil e a constatação de tal necessidade há muito tem se ampliado. Não menos incisiva tem sido a própria demanda surgida dos conflitos nem sempre pontuais que permeiam o cotidiano escolar. Acentua-se tais confusões perante o grande fluxo de estudantes na região em que a escola pesquisada localiza-se devido às características turísticas que transformam visitantes em

novos moradores vindos de variadas regiões do país. Esta especificidade requer novas pesquisas a serem realizadas articulando os fatores agora percebidos ou descobertos.

Assumindo que o ensino público está marcado por novas concepções assumidas no plano social, busca-se uma efetiva participação dxs agentes sociais, sejam instituições ou indivíduos, em assumir compromissos mais consequentes perante o desafio que nos é então posto. As mudanças representadas pelas amplas participações de movimentos sociais refletem nas políticas públicas, repercutindo no panorama educacional, traçando novos processos de ações pedagógicas e principalmente no que se refere à igualdade social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMI, Humberto. **Lei 10.639/03**. Acesso em <26.03.2007> Disponível em <http://www.adami.adv.br/lei.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BARROS, Marcelo. **África, Brasil, história e futuro**. Porto Alegre-RS: PUCRS, ano 45, n. 379, ago/2007, p.8.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. Ed. Porto Alegre: Artemed, 2001

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. [s.l.: s.n.], 1991. p. 45

GIMENO SACRISTÁN, José,. **A educação obrigatória**. Porto Alegre: Artmed. 2001.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HAERTER, Leandro. Fatumbi: renascimento da cultura negra. In: **Jornal Mundo Jovem**. Porto Alegre – RS: PUCRS, ano45, n. 380, set/2007, p. 21.

HALL, Stuart, (1997). **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo**. Educação e Realidade, v. 22, nº 2, p. 15-46  
<http://www.espacoacademico.com.br/069/69foetsch.htm>

LEPORACE, Camila. **Lei da cultura africana e afro-brasileira: combate à discriminação ou aumento da segregação?** Acesso em < 26.11.2007> disponível em: < <http://opiniaonoticia.com.br/interna.php>.

MAIA, Verônica Lemos de Oliveira. **Ensino da História e Cultura Afro-brasileira.** Acesso em < 30.08.2007>; Dispositivo em: < <http://www.overmundo.com/lei>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei 10639 de 9 de janeiro de 2003.** Acesso em < 18.12.2007>; Dispositivo em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis>.

TREVIÑOS, Augusto da Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987